

José Aristodemo Pinotti *

É com tristeza que estamos assistindo a grave retrocesso no Sistema de Saúde brasileiro sob o comando amador e arcaico do Fênix Inamps (que confunde centralização e computação com modernidade), embalado pelo poderoso lobby dos hospitais privados vendedores de serviços.

Toda a luta de 30 anos dos pensadores de saúde brasileiros e o consenso da 8ª Conferência de Saúde, que permitiram, a duras penas, introduzir na Constituição e nas leis ordinárias da saúde um sistema moderno e eficiente, parecem cair hoje por terra: a unificação do sistema com o Ministério da Saúde liderando todo o processo de saúde; doença no país (racionalizando e otimizando recursos); a descentralização aproximando o gestor do usuário e a moralização daí decorrente; o comando único em cada nível do governo (reforçando responsabilidades);

a precedência do sistema público *vis-à-vis* o privado prestador (única forma de proteger o usuário pobre), praticamente desaparecem com as instruções normativas do Inamps, que, distorcidamente, lidera e regulamenta hoje, o Sistema de Saúde do Brasil.

E a sociedade — cidadãos e instituições — anestesiada assiste a tudo passivamente. No caso de São Paulo, ainda é pior. Tudo isto estava acontecendo, na prática, dentro do processo de municipalização, que criou os sistemas locais de saúde em 570 municípios do Estado, sob a gestão responsável de prefeitos, secretários de Saúde e instituições locais comprometidos, pela proximidade, com os seus munícipes. Os resultados já começavam a aparecer com o aumento de 30% no número de leitos e Unidades Básicas de Saúde e 300% na cobertura ambulatorial. A erradicação da paralisia infantil, a queda vertical da mortalidade por sarampo, a diminuição da mortalidade por câncer de colo uterino e o controle

da Aids e da dengue são outros exemplos; e isto tudo com os mesmos recursos que antes eram "insuficientes". O trabalho de reorganização do sistema contrariou interesses que hoje formam lobbies poderosos que buscam a retroação ao *status quo* anterior e conseguem com certa facilidade — usando jargões e apontando vícios do passado, que não puderam ser totalmente corrigidos no novo sistema — encobrir os números reais e os benefícios do processo de mudança.

Temos, ainda hoje, gravíssimos problemas de saúde representados pela convivência daqueles do passado não resolvidos (doenças infecto-contagiosas), com os do desenvolvimento (doenças crônicas-degenerativas e cardiovasculares), ainda sem proposta de atuação e controle. Somente um sistema de saúde moderno, ético e sério será capaz de solucionar situação de tal dimensão e complexidade.

Desconsiderar o município como gestor do sistema local de saúde e transformá-lo em mero prestador; fazer um *bypass* sistemático nos Governos estaduais e lidar diretamente com mais de 5 mil municípios em todo o país (como se fosse possível!); ressuscitar o Inamps nos estados onde ele já não existia (duplicando funções e determinando despesas consideráveis e inúteis aos cofres públicos) são práticas nefastas em pleno andamento, amparadas pela Instrução Normativa 01/91, de 10/01/91, do Inamps, ao arrepio das leis, da Constituição e, principalmente, das necessidades do povo brasileiro.

As recentes mudanças, por incrível que pareça, incluem o pagamento dos hospitais privados sem fiscalização prévia, para, com o que sobrar, e se sobrar, financiar o sistema público. Também os hospitais filantrópicos foram penalizados por essa instrução com a redução do valor das contas ambulatoriais decorrente do fim do índice de valorização ambu-

latorial, enquanto os privados lucrativos foram enormemente favorecidos por ela. Tudo isto tem sido feito falsamente baseado no discurso de modernidade e do neoliberalismo do nosso presidente mas, estou certo, sem o seu conhecimento pleno ou apoio direto, distorcendo, inclusive, o seu significado original.

Modernidade é construir Sistemas Sociais que, com criatividade, se ajustem às nossas peculiaridades, inclusive a econômica, baseados em princípios sólidos e cientificamente válidos, com o objetivo de dirigir o processo de desenvolvimento para a melhora da qualidade de vida, que é a essência de seu significado.

O neoliberalismo não afasta, em circunstâncias especiais como as nossas, que certas áreas, como saúde e educação, sejam protegidas do lucro (que seguramente distorce os seus objetivos finais e discrimina a população mais pobre). É exatamente nestes setores onde, para ha-

ver igualdade, há necessidade mais a quem tem menos, pa tenham, pelo menos, op equivalentes (vivemos ou democracia?).

É tempo de interromper dar ao Sistema de Saúde verdadeiro sentido de i. com justiça social, que, i cena, seja dirigido com se um avanço concreto da se população.

Se mudanças radicais rem feitas já, será possi governo mostrar, com Brasil e para o mundo, de mortalidade e de mor brasileiro e a melhoria qualidade de vida. Pa que se respeite a Consti-

* Professor titular de Ginecologia e